

JORNAL DO BRASIL

Prazo para renegociação da dívida já vai até julho

■ *Externa* Governo comunicará a nova data aos bancos esta semana

BRÁSILIA — Os bancos credores deverão concluir no início de julho o processo de redistribuição das suas opções entre os vários bônus oferecidos pelo Brasil na renegociação da dívida externa. A previsão é do negociador da dívida e assessor especial do Ministério da Fazenda, Pedro Malan.

Segundo ele, este prazo constará de um comunicado que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, envia ainda nesta semana ao comitê assessor dos bancos credores. O comunicado estabelece o mecanismo que os cerca de 900 bancos envolvidos na negociação deverão seguir para refazer as suas escolhas.

No mesmo documento, o Brasil vai avisar aos credores que deseja fechar o acordo, com a troca da dívida atual pelos vários bônus acertados com os credores até 30 de novembro deste ano, ficando des-

cartada, assim, a possibilidade de fazer a troca em 31 de junho.

“A dinâmica do processo indica que precisaremos de um pouco mais de tempo”, explicou Malan. A alternativa de prorrogação do prazo até 30 de novembro já estava prevista na minuta fechada com o comitê, em junho de 1991. Os termos do comunicado foram acertados com o comitê assessor na semana passada.

Otimismo — Malan admitiu que o Brasil deverá firmar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), já que o atual — suspenso por falta de cumprimento de parte das metas — expira em 31 de agosto. Apesar disso, ele está otimista quanto à data de fechamento deste novo acordo, que, para ele, poderá acontecer antes do final de agosto. O Brasil precisa ter um acordo com o Fundo em vigor

na data da troca da dívida pelos novos bônus, ou seja, até 30 de novembro.

O país acertou com o comitê assessor dos bancos que no máximo 40% da dívida sob negociação (quase US\$ 40 bilhões) serão trocados por bônus ao par (sem desconto, mas com taxas de juro tabelada) e no mínimo 35% em bônus com desconto (que garantem redução de até 35% da dívida trocada por estes papéis, mas com taxas de juro flutuantes).

Antes, os bancos queriam trocar 59% da dívida por bônus ao par e 19% por bônus com desconto, escolha que o o governo brasileiro considerou desequilibrada. Com o novo perfil de escolha, o país vai ser obrigado a alocar cerca de US\$ 4 bilhões em garantias totais, dos quais US\$ 3,2 bilhões terão que ser desembolsados na data da troca da dívida.